



ESPACIALIDADES ESCOLARES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA EM GEOGRAFIA

Alex Raphael F. de Figueiredo ¹
Daguinete Maria Chaves Brito ²

RESUMO

O artigo analisa os impactos das políticas educacionais contemporâneas sobre a docência em Geografia e sobre a constituição das espacialidades escolares, evidenciando como a lógica gerencialista e padronizadora tem reconfigurado as práticas pedagógicas e a autonomia docente. A partir de uma abordagem qualitativa e analítico-interpretativa, foram examinados documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como contribuições teóricas de autores que discutem as relações entre espaço, educação e política pública. Argumenta-se que a padronização curricular e a centralidade dos sistemas avaliativos fragilizam o papel formativo e crítico da Geografia escolar, desconsiderando os contextos territoriais e culturais dos sujeitos escolares. Defende-se, por fim, uma formação docente voltada à valorização dos saberes locais, das práticas territoriais e das dimensões políticas do espaço escolar.

Palavras-chave: Geografia escolar. Políticas educacionais. Espaço escolar.

ABSTRACT

The article analyzes the impacts of contemporary educational policies on the teaching of Geography and on the constitution of school spatialities, highlighting how managerial and standardizing logic has reconfigured pedagogical practices and teacher autonomy. Based on a qualitative and analytical-interpretative approach, official documents such as the National Common Curricular Base and the National Curricular Guidelines were examined, as well as theoretical contributions from authors who discuss the relationships between space, education, and public policy. It is argued that curricular standardization and the centrality of assessment systems weaken the formative and critical role of school Geography, disregarding the territorial and cultural contexts of school subjects. Finally, it advocates for teacher education focused on valuing local knowledge, territorial practices, and the political dimensions of the school space.

Keywords: School geography. Educational policies. School space.

INTRODUÇÃO

As transformações recentes nas políticas educacionais brasileira, especialmente sob a influência da gestão pública gerencial e da racionalidade técnica, têm provocado intensas reconfigurações nas práticas docentes, na organização das

¹ Mestrando pelo programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá. rapha_mel@hotmail.com;

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), dagnete@uol.com.br.



escolas e nas concepções de ensino. Esse processo repercute diretamente na Geografia escolar, frequentemente reduzida a um ensino conteudista e despolitizado, esvaziando seu potencial de leitura crítica e de interpretação do mundo vivido.

Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e de políticas avaliativas em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a escola se tornou espaço de tensionamentos entre prescrições normativas e práticas pedagógicas. Nesse cenário, as espacialidades escolares compreendidas como as formas pelas quais os sujeitos ocupam, vivem e significam o espaço da escola passam a ser marginalizadas por modelos uniformizantes de ensino.

O avanço das políticas neoliberais no campo educacional, especialmente a partir dos anos 1990, consolidou uma lógica de gestão baseada na eficiência, no controle e na competitividade, repercutindo diretamente nas práticas escolares. Assim, o neoliberalismo transforma o espaço público em campo de disputas mercadológicas, subordinando as políticas sociais à racionalidade econômica (Harvey, 2005).

No âmbito da educação, essa racionalidade se manifesta na valorização de indicadores de desempenho e na desqualificação dos saberes locais e das práticas coletivas. Isto é, a escola passa a ser vista como unidade produtiva e o professor como executor de metas, o que gera tensões significativas no campo da docência em Geografia, cuja natureza crítica e reflexiva se contrapõe à lógica instrumental e técnica das políticas de avaliação e padronização.

Diante desse contexto, este artigo busca discutir de que modo as políticas educacionais contemporâneas impactam à docência em Geografia e a constituição das espacialidades escolares, questionando em que medida tais políticas dialogam (ou não) com as realidades territoriais e culturais dos sujeitos escolares. A docência em Geografia, nesse cenário, passa a enfrentar o desafio de equilibrar as exigências externas impostas pelas políticas padronizadoras e a necessidade de construir práticas contextualizadas e humanizadoras. Tal contradição se expressa na tensão entre o discurso da qualidade, frequentemente associado à mensuração de resultados e o compromisso ético e político com a formação crítica.

Historicamente, as políticas educacionais no Brasil foram fortemente marcadas por reformas de caráter centralizador. A partir da década de 1990, com o fortalecimento do ideário neoliberal, o Estado brasileiro passou a adotar princípios de

eficiência e racionalidade oriundos do setor privado, impactando a concepção de currículo e o papel docente (Harvey, 2005). A Geografia escolar, por lidar com o espaço e com as relações de poder que o estruturam, tornou-se particularmente sensível a essas transformações, pois o território, a identidade e a diversidade cultural entraram em disputa no interior das políticas públicas.

Assim, a presente discussão busca contribuir para a compreensão das transformações contemporâneas da docência em Geografia, analisando como o avanço do neoliberalismo educacional e a implementação de currículos nacionais uniformes têm reconfigurado a experiência escolar, os modos de ensinar e as espacialidades produzidas no cotidiano da escola. Essas conexões estão representadas na Figura 1.

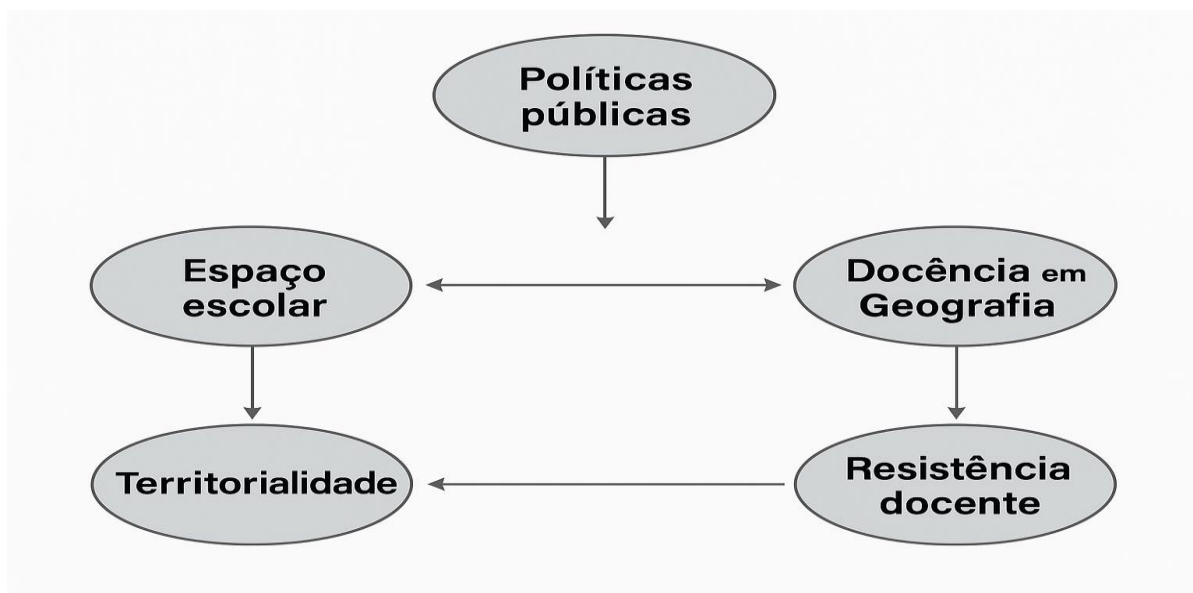


Figura 1 - Esquema conceitual das relações entre espaço, docência e política educacional

Fonte: Figueiredo, 2025.

A Figura 1 sintetiza graficamente as interconexões entre espaço, docência e política educacional, demonstrando que as reformas curriculares e os dispositivos de avaliação influenciam diretamente as práticas docentes e as espacialidades escolares. Essa representação evidencia que o espaço escolar é resultado de uma rede de relações políticas, culturais e institucionais, nas quais a atuação do professor de Geografia assume papel central ao articular território e política pública. Assim, a Figura reforça o argumento de que compreender o espaço da escola implica reconhecer as forças de controle e de resistência que o constituem.



METODOLOGIA

O estudo está ancorado em uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-documental e analítico-interpretativo, fundamentada na análise de documentos oficiais e de literatura especializada. Foram examinadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a BNCC e textos normativos que regulam a organização do trabalho docente e curricular na educação básica.

A pesquisa não envolveu instrumentos de pesquisa de contato direto com alunos, docentes e gestão de escolas, como a aplicação de questionários, formulários ou entrevistas, portanto, não foi necessário a submissão ao comitê de ética em pesquisa (CEP), mas observou os aspectos éticos e científico na seleção, interpretação e apresentação dos dados e autores consultados.

A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de avaliar as dimensões simbólicas e políticas das reformas educacionais recentes, pois, a pesquisa em educação geográfica deve partir da compreensão do espaço vivido e das práticas cotidianas, valorizando o olhar do professor e dos sujeitos escolares sobre o território (Callai, 2013). Essa perspectiva aproxima a investigação das experiências concretas da docência e permite reconhecer a escola como espaço de construção e reconstrução de significados e não apenas de aplicação de políticas curriculares.

O estudo foi construído em diálogo com a perspectiva crítica de pesquisa em educação geográfica, que compreende o conhecimento como produção social. A análise qualitativa, portanto, não se limita à descrição de políticas, mas busca analisar os sentidos produzidos pelos discursos oficiais e suas implicações para o trabalho docente. Essa opção metodológica permitiu articular o exame dos documentos com a leitura do contexto histórico em que foram produzidos, evidenciando os interesses, as disputas e as ideologias subjacentes.

Além disso, o procedimento analítico-interpretativo adotado considerou que as políticas curriculares não são meramente instrumentos neutros de regulação, mas produzem subjetividades docentes e escolares. Nessa perspectiva, a Geografia é vista como um campo privilegiado para compreender como as políticas se materializam nos espaços da escola e nas práticas cotidianas de ensino, pois envolve a leitura do território como espaço de vida, memória e poder (Carlos, 2007; Callai, 2013).



REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão bibliográfica recorreu a autores que discutem a relação entre espaço, educação e política pública, como Santos (2008), Arroyo (2006), Passini (2012), Haesbaert (2004), Carlos (2007) e Gomes; Melo (2021). A partir destes autores foram consideradas categorias analíticas como: espaço escolar, formação docente, territorialidade e padronização curricular.

A discussão proposta neste estudo fundamenta-se em um conjunto de autores que, a partir de diferentes perspectivas, contribuem para compreender as relações entre espaço, docência e políticas educacionais. Suas reflexões permitem analisar como a lógica neoliberal e as reformas curriculares contemporâneas têm impactado a Geografia escolar e a autonomia docente, bem como aponta caminhos de resistência e reconfiguração do espaço educativo.

Uma referência central é Santos (2008) que discute a análise do espaço como construção social, política e simbólica. Sua concepção de espaço enquanto técnica, tempo, razão e emoção possibilita analisar a escola para além de sua dimensão física, reconhecendo-a como lugar de produção de sentidos e de resistência. Essa perspectiva sustenta a interpretação da escola como território vivido, permeado por relações de poder, contradições e possibilidades emancipadoras, especialmente frente às políticas padronizadoras que tentam homogeneizar o ensino.

A contribuição de Arroyo (2006) é fundamental para problematizar o papel do professor e da escola na contemporaneidade. Ao discutir as trajetórias e tempos dos sujeitos educativos, o autor evidencia as contradições entre as políticas de controle e a dimensão humana da docência. Suas reflexões ajudam a compreender que o trabalho docente é, também, prática política e histórica, sendo essencial reconhecer o professor como sujeito de saber e de ação, e não mero executor das metas impostas pelas reformas educacionais de caráter gerencialista.

No campo específico da Geografia escolar, Passini (2012) destaca que o ensino deve propiciar a compreensão do espaço como produto das relações sociais, e não como simples cenário. Sua abordagem reforça o caráter formativo e crítico da Geografia, em contraposição às tendências de padronização curricular e avaliação em larga escala. A autora contribui para reafirmar o papel da disciplina na formação cidadã e na leitura crítica do mundo vivido, objetivos que se enfraquecem diante da lógica tecnicista das políticas educacionais contemporâneas.



A discussão sobre territorialidade e multiterritorialidade, desenvolvida por Haesbaert (2004), é igualmente essencial à análise das práticas docentes e das desigualdades educacionais. Ao considerar o território como espaço de múltiplos pertencimentos, o autor amplia a noção de que a escola e o trabalho docente estão inseridos em contextos heterogêneos, atravessados por diferentes identidades e relações de poder. Essa perspectiva contribui para reconhecer as territorialidades docentes como práticas de resistência e de enraizamento no espaço vivido.

A concepção Carlos (2007) sobre o lugar como espaço de significação e de disputa simbólica complementa essa análise ao mostrar que o espaço escolar é constantemente (re)construído pelas interações e práticas sociais. Assim, o lugar da escola é compreendido como território em disputa entre políticas de controle e ações pedagógicas emancipadoras, o que reforça a necessidade de compreender o cotidiano escolar como campo de criação e de resistência.

A reflexão de Gomes; Melo (2021) traz uma abordagem contemporânea ao relacionar a gestão de políticas públicas à dimensão espacial, defendendo que a equidade educacional só é possível quando se reconhecem as desigualdades territoriais. Suas contribuições são relevantes para a discussão sobre a implementação de políticas educacionais sensíveis ao território, capazes de promover justiça social e valorização das diversidades regionais aspecto essencial ao ensino de Geografia.

De modo complementar, Callai (2013) reforça a dimensão cidadã e emancipatória da educação geográfica. Ao defender uma formação docente comprometida com o território e com os saberes locais, a autora enfatiza que o ensino da Geografia deve promover o diálogo entre o conhecimento científico e as experiências cotidianas dos estudantes. Sua perspectiva contribui diretamente para a valorização das práticas territoriais docentes como expressão da resistência pedagógica frente à padronização curricular.

Por fim, a crítica de Harvey (2005) ao neoliberalismo fornece a base teórica para compreender as transformações recentes nas políticas educacionais. Ao analisar o avanço da racionalidade de mercado sobre o campo público, o teórico permite contextualizar a padronização e a competitividade como expressões de um modelo de gestão que mercantiliza a educação. No âmbito da Geografia escolar, essa leitura é indispensável para entender como o discurso da eficiência e da produtividade tem reconfigurado o espaço escolar e enfraquecido a autonomia docente.



Em síntese, a articulação entre esses autores permite compreender que o espaço escolar é atravessado por múltiplas dimensões políticas, culturais e simbólicas e que a docência em Geografia se realiza nesse contexto de tensões e resistências. O referencial teórico adotado sustenta, portanto, a defesa de uma educação geográfica crítica, contextualizada e emancipadora, capaz de reconhecer o território escolar como espaço de produção de saberes, de identidades e de liberdade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola como espaço de disputa simbólica e política

A escola é compreendida como um território em disputa, onde diferentes agentes do Estado, gestores, professores e estudantes produzem e contestam sentidos sobre o conhecimento e o lugar (Carlos, 2007). Essa dimensão territorial da escola evidencia que o espaço educativo não é neutro, mas permeado por relações de poder, valores e práticas que expressam tanto controle quanto resistência.

As políticas públicas recentes, ao adotarem modelos de gestão empresarial, tendem a reduzir a complexidade desse espaço, transformando o ato educativo em um processo técnico e mensurável. Neste sentido, a escola contemporânea tem sido pressionada a funcionar como uma organização produtiva, submetida a metas, resultados e indicadores, o que compromete sua função social e formativa (Arroyo, 2006).

Nesse contexto, a crítica de Harvey (2005) ajuda a avaliar como o discurso da eficiência e da produtividade penetra as instituições escolares, reconfigurando-as segundo princípios empresariais. A lógica neoliberal tende a desarticular o sentido coletivo da escola, substituindo o ideal de formação cidadã por práticas de controle e de responsabilização individual. O espaço escolar, portanto, torna-se campo de disputa entre a racionalidade gerencial e os projetos emancipatórios que resistem dentro das salas de aula e dos territórios educativos.

Essa compreensão da escola como território em disputa revela, também, os mecanismos de controle e de resistência que emergem das práticas pedagógicas. A imposição de metas e avaliações de desempenho, embora justificada como instrumento de melhoria da qualidade, acaba por reduzir a complexidade das relações escolares a números e índices. Tal redução compromete o diálogo entre políticas e realidades locais, gerando distanciamento entre a gestão e o chão da escola.



Ao mesmo tempo, a espacialidade escolar se constitui como campo de produção simbólica, onde o currículo é constantemente reinterpretado pelos sujeitos. A interação entre professores e alunos, as práticas coletivas e as dinâmicas territoriais internas produzem sentidos que escapam ao controle da política normativa. Esse movimento de apropriação do espaço revela a potência da escola como lugar de produção cultural e política, no qual se expressam as contradições da sociedade contemporânea.

A Geografia escolar e o esvaziamento da crítica

A Geografia, como campo do saber, tem papel essencial na compreensão das relações sociedade-natureza, das dinâmicas territoriais e das desigualdades socioespaciais. Contudo, a lógica prescritiva da BNCC e a padronização curricular reduzem a disciplina a um conjunto de conteúdos fixos, esvaziando seu potencial de crítica e reflexão.

Assim, a Geografia escolar deve propiciar ao estudante a compreensão do espaço como produto das relações sociais, e não apenas como cenário ou localização (Passini, 2012). A desvalorização dessa perspectiva crítica compromete a formação cidadã e o reconhecimento dos sujeitos como produtores do espaço. Ou seja, quando o currículo é submetido a padrões rígidos e avaliações em larga escala, a Geografia tende a ser despolitizada, transformando-se em mera descrição do espaço físico. No entanto, o espaço é uma construção histórica e social, e sua compreensão exige leitura crítica das práticas e relações que o constituem (Santos, 2008).

Neste sentido, a Figura 2 ilustra a relação inversamente proporcional entre a expansão das políticas de avaliação em larga escala (SAEB e IDEB) e a autonomia docente. Observa-se que, à medida que os mecanismos de controle e mensuração se intensificam, os espaços de decisão pedagógica do professor tendem a se reduzir. O gráfico reforça, portanto, a tese de que a racionalidade neoliberal, ao privilegiar indicadores quantitativos, limita a liberdade criativa e crítica da docência em Geografia.

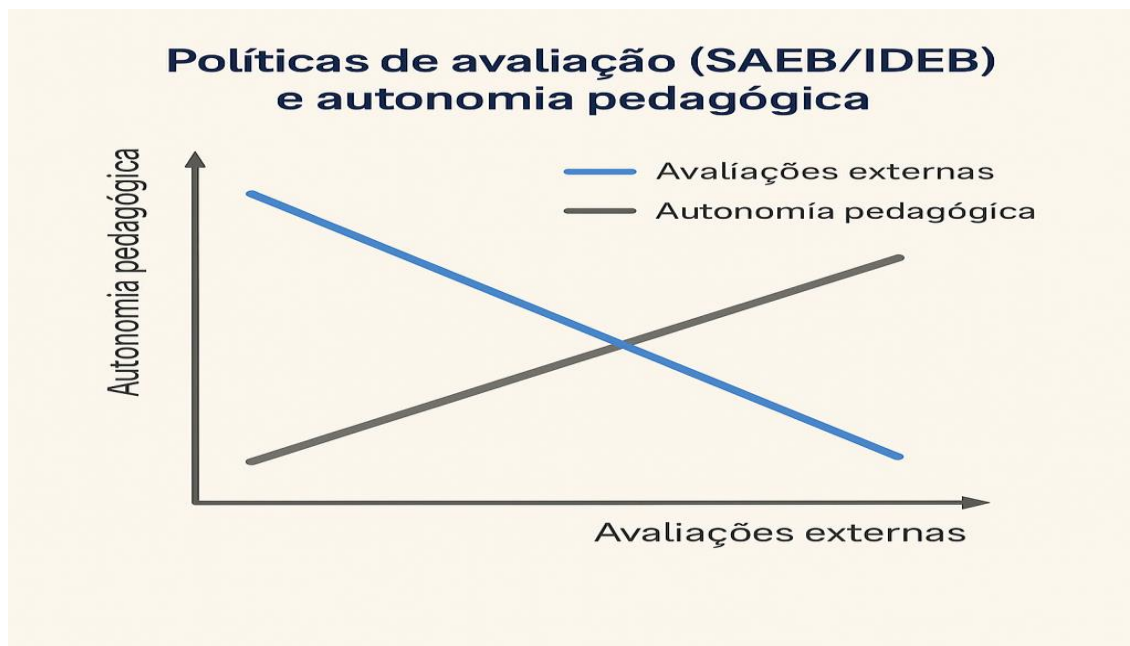


Figura 2 - Gráfico comparativo das políticas de avaliação (SAEB-IDEA) e autonomia docente
Fonte: Figueiredo, 2025.

Os dados expostos no gráfico da Figura 2 complementam as discussões teóricas relativas as políticas de avaliação e a autonomia do professor, ao evidenciar como a padronização impacta concretamente o cotidiano escolar e o planejamento do ensino, retirando a criticidade e a relação do ensino com a realidade da comunidade escolar (alunos, professores e gestão) o que provoca empobrecimento nos processos de ensino e aprendizagem.

O esvaziamento crítico da Geografia escolar reflete, em grande medida, o predomínio da racionalidade neoliberal que valoriza o conhecimento instrumental em detrimento do pensamento reflexivo. Nessa lógica, a escola é convocada a formar indivíduos adaptáveis e competitivos, e não cidadãos críticos e solidários. Essa tendência ameaça o papel formativo da educação geográfica, pois rompe o vínculo entre o conhecimento e a vida cotidiana, tornando o ensino um processo distante das experiências concretas dos estudantes (Callai, 2013).

A presença dessa racionalidade neoliberal na educação tem impactado diretamente o ensino de Geografia. Pois, ao reduzir o currículo a conteúdos fragmentados e avaliáveis, as políticas educacionais ignoram a complexidade dos lugares e das experiências sociais que formam o espaço (Callai, 2013). Assim a Geografia, quando desvinculada de seu caráter crítico e humanizador, perde sua potência de leitura do mundo e se aproxima de um ensino funcionalista, voltado à mensuração do desempenho, e não à emancipação intelectual dos estudantes.

Territorialidades e práticas docentes

As desigualdades territoriais na oferta e na qualidade da educação no Brasil são fatores determinantes para compreender as práticas docentes em Geografia. A Figura 3 apresenta um mapa temático que evidencia disparidades regionais expressivas nos índices educacionais, revelando como as políticas públicas se materializam de forma desigual no território nacional. Tal representação cartográfica sustenta a argumentação de que a docência em Geografia deve considerar as múltiplas territorialidades escolares e promover estratégias pedagógicas contextualizadas, capazes de responder às especificidades regionais.

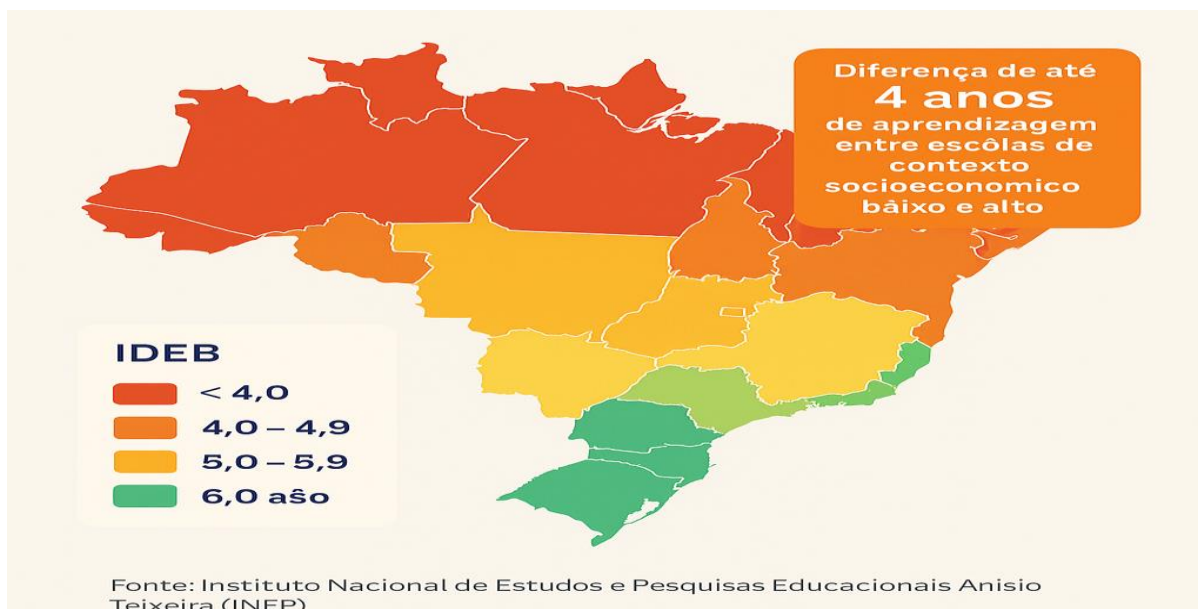


Figura 3 - Mapa temático – desigualdades educacionais no Brasil

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2022

O mapa da Figura 3 destaca, ainda, que regiões historicamente periféricas apresentam maiores desafios de infraestrutura e formação docente, o que reforça a urgência de políticas educacionais sensíveis ao território. Ao relacionar esses dados à discussão teórica, compreende-se que a Geografia escolar pode contribuir para a leitura crítica dessas desigualdades, transformando o território em objeto de reflexão e intervenção pedagógica.

A docência em Geografia se realiza em contextos diversos, marcados por desigualdades regionais, culturais e materiais. As práticas territoriais dos professores, ou seja, suas estratégias de ensino enraizadas nos lugares em que atuam, constituem formas de resistência às políticas homogeneizadoras.



A noção de territorialidade envolve apropriação, pertencimento e identidade (Haesbaert, 2004). Assim, valorizar as territorialidades escolares significa reconhecer o espaço vivido como instância formativa, onde o professor age politicamente ao relacionar o conteúdo geográfico às realidades dos alunos. Nessa perspectiva, defende-se que a gestão das políticas educacionais precisa incorporar a dimensão espacial das desigualdades para promover equidade e justiça social (Gomes; Melo, 2021).

Essa perspectiva, também, exige repensar a docência como prática política de resistência, sendo que o professor de Geografia atua como mediador entre o conhecimento científico e o saber cotidiano dos alunos, recriando o currículo a partir das territorialidades locais (Callai, 2013). Em contextos de desigualdade e exclusão, essa atuação é profundamente transformadora, pois rompe com a lógica da homogeneização imposta pelas políticas neoliberais e reafirma o espaço escolar como território de significação e de produção de novas leituras do mundo.

A compreensão das territorialidades docentes, também, implica reconhecer que cada escola é atravessada por múltiplos contextos e escalas. O território escolar não é apenas o espaço físico da instituição, mas o conjunto de relações que sustentam familiares, comunitários, políticas e afetividades. Nesse sentido, o professor de Geografia atua como mediador entre diferentes territorialidades, articulando o local e o global na produção do conhecimento.

Destaca-se, ainda, que o território é um espaço de múltiplas apropriações, e a escola, ao se inserir nesse contexto, torna-se, também, um campo de disputas simbólicas. Valorizar as práticas territoriais significa reconhecer o protagonismo docente e sua capacidade de ressignificar o currículo, construindo percursos pedagógicos que dão sentido às vivências dos estudantes. Assim, o ato de ensinar Geografia ultrapassa o conteúdo disciplinar, assumindo caráter político e ético, voltado à formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação do espaço vivido.

Resistências e possibilidades

Apesar do contexto de precarização e controle, muitos professores têm reinventado suas práticas, articulando saberes locais, cartografias afetivas e metodologias participativas. Essas ações configuram formas de resistência



pedagógica e reafirmam o papel político da docência em Geografia. Assim, o espaço é, também, o lugar do possível e, portanto, da transformação (Santos, 2008).

Tais práticas docentes configuram ações contra hegemônicas, que se contrapõem às forças homogeneizadoras do capital global (Harvey, 2005). Na escola, isso se manifesta em projetos pedagógicos que articulam o local e o global, o vivido e o aprendido, o conhecimento acadêmico e o saber popular. A resistência docente, nesse sentido, assume dimensão espacial e política, pois reinscreve o território escolar como lugar de produção de sentidos, memória e identidade.

A resistência, nesse contexto, não se manifesta apenas em grandes movimentos coletivos, mas também, nas pequenas ações cotidianas dos professores que reinventam práticas e reconfiguram o sentido da aula. Ao promover atividades que integram saberes locais, memórias de lugar e experiências comunitárias, o docente reafirma o valor do conhecimento situado e da leitura crítica do território e das territorialidades.

Essas práticas, por menores que pareçam, são expressões do que Santos (2008) chama de uso do espaço como resistência, ou seja, a criação de fissuras nas estruturas de poder que buscam homogeneizar o mundo. Quando o professor transforma o espaço escolar em instrumento de reflexão crítica, ele amplia as possibilidades de compreensão do mundo e contribui para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e espacial. Assim, a docência em Geografia reafirma sua relevância política ao se tornar ato de resistência e de criação. É nesse entrelaçamento entre política e espaço, entre cotidiano e teoria, que emergem as possibilidades de uma educação geográfica emancipatória.

As práticas docentes de resistência, discutidas nesta seção, materializam-se também no espaço simbólico da escola, representado na Figura 4. Essa cartografia traduz visualmente o conceito de 'escola como território de resistência', evidenciando como professores e estudantes produzem sentidos alternativos e contra hegemônicos frente às políticas padronizadoras. A Figura simboliza o entrelaçamento entre espaço, memória e ação pedagógica, mostrando que o território escolar é também espaço de criação e esperança.



Figura 4 - Cartografia simbólica da 'escola como território de resistência'

Fonte: Figueiredo, 2025.

A representação cartográfica, exposta na Figura 4, contribui para compreender que a resistência docente se expressa tanto em ações coletivas quanto em gestos cotidianos que ressignificam o espaço escolar. Ao mapear essas práticas, o estudo reafirma a potência transformadora da Geografia, não apenas como disciplina de localização, mas como leitura crítica e política do mundo vivido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que as políticas educacionais contemporâneas têm produzido um cenário de padronização e tecnicismo que fragiliza a autonomia docente e despolitiza a função formativa da escola. No campo da Geografia, tal processo resulta na perda do caráter crítico e emancipador da disciplina, ao negligenciar as dimensões territoriais e culturais dos sujeitos escolares.

As análises aqui apresentadas permitem inferir que o avanço das políticas neoliberais não apenas redefine o papel da escola, mas, tensiona a própria noção de espaço educativo. Assim, pensar a educação geográfica em tempos de globalização requer compreender que o território é simultaneamente campo de dominação e de libertação. A docência, nesse contexto, precisa reafirmar seu compromisso ético com a diversidade dos lugares e com a construção de práticas emancipatórias que devolvam à escola seu caráter público e formativo.



Defende-se, assim, uma formação docente pautada na valorização das práticas territoriais e dos saberes locais, capaz de reconstruir o papel da escola como espaço de vida, de resistência e de produção de conhecimento significativo. A Geografia deve ser compreendida como uma ciência viva que lê, sente e transforma o espaço, e o professor, como sujeito político central na construção de uma educação libertadora. Propõe-se, portanto, o fortalecimento de redes de professores e grupos de pesquisa que articulem a Geografia crítica à análise das políticas educacionais, contribuindo para a formulação de práticas que afirmem a diversidade e o direito à diferença no espaço escolar brasileiro.

Diante das análises apresentadas, torna-se evidente que o enfrentamento à padronização e à lógica neoliberal exige repensar o papel da escola e da formação docente. O fortalecimento da autonomia pedagógica, aliado à valorização das experiências locais, pode reorientar o ensino de Geografia para uma perspectiva verdadeiramente emancipadora.

Nesse sentido, é urgente que as políticas públicas reconheçam a diversidade territorial e cultural do país como fundamento do currículo. As diretrizes nacionais precisam dialogar com as especificidades regionais, possibilitando que o ensino da Geografia contribua para a construção de identidades e pertencimentos. A docência, compreendida como prática política, deve ser sustentada por políticas de formação continuada que incentivem a reflexão crítica, o trabalho colaborativo e a integração entre teoria e prática.

Por fim, reforça-se que a escola é espaço de vida e de invenção, e que a Geografia, ao abordar o espaço como construção social, pode contribuir decisivamente para que os estudantes compreendam as dinâmicas de poder que estruturam o mundo contemporâneo. Assim, ao resistir à lógica da mercantilização da educação e ao afirmar a centralidade da experiência humana, o professor de Geografia reafirma a escola como território de liberdade, crítico e de esperança.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico na escola: uma abordagem para a formação de professores**. Campinas: Papirus, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

GOMES, S.; MELO, F. Y. M. **Por uma abordagem espacial na gestão de políticas educacionais: equidade para superar desigualdades**. Educação & Sociedade, v. 42, 2021, e234175. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es.234175>. Acesso em: 02 out. 2025.

CALLAI, H. C. **Educação geográfica e a formação do cidadão**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.